

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO IV

N.º 14

ABRIL - 1941

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA Direcção

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

- REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DO ASSENTO DE BAPTISMO DO BEATO JOÃO DE BRITO

- NOTA DEMOGRÁFICA
PELO *Dr. Arruda Furtado*

- DOIS PALMOS DE LISBOA, EM BELÉM
POR *Norberto de Araújo*

- O CORAÇÃO DE D. PEDRO II
POR *J. M. Cordeiro de Sousa*

- VELHAS CASAS DE LISBOA
PELO *Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal*

- A PARÓQUIA DE S. BARTOLOMEU DE LISBOA
POR *Sidónio Miguel*

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS



OLISTO

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA
REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA
REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

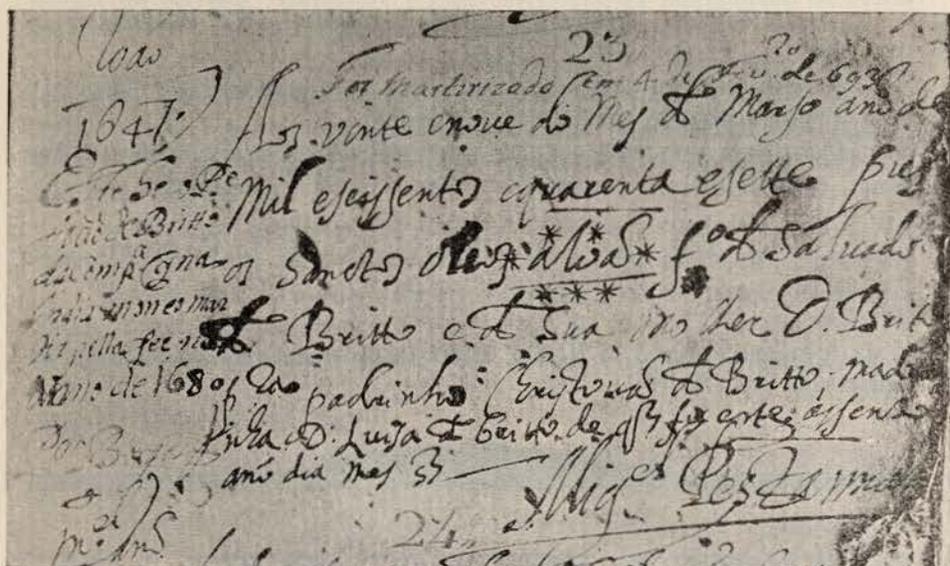
REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA

REGIÃO DO GRUPO XAMGON DE LISBOA



ASSENTO DE BAPTISMO DO
BEATO JOÃO DE BRITO



Neste número de *Olisipo*, onde o ilustre genealogista e nosso prezado consócio e amigo dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal começa a publicar um estudo sôbre a casa em que nasceu o beato João de Brito, tem todo o cabimento a reprodução fotográfica do assento de baptismo do santo mártir (1) que, segundo supomos, é a primeira vez que se publica.

Diz o registo paroquial:

•Aos vinte e nove do Mes de Marso ano de Mil e seiscentos e

quarenta e sette pus os Sanctos oleos a João f.º de Salvador de Britto e de sua molher D. Brites p.^{ra} padrinho Christovão de Britto; madrinha D. Luiza de Britto de q̄ fiz este assento ano dia mes [supra]

Mig^{el} Pestanna»

Na nota marginal lê se:

«Este he o P.^o João de Britto da Comp.^a q̄ na India morreo martir pella fee no anno de 1680

P.^{or} Borges»

A nota superior rectifica a data da morte dada na nota marginal: «Foi martirizado em 4 de Fev.^{ro} de 693».

Com tinta que não é igual à que foi utilizada em qualquer das notas, circundou-se de pequenas estrêlas o nome do baptizado.

L. P. DE M.

(¹) Encontra-se no *livro III dos Mixtos*, fl. 6 dos cadernos de baptismos da freguesia de Santo André.

Próximas visitas de estudo:

- 20 de Abril — à **Igreja de S. Tiago e Quartel da Guarda Republicana dos Loios**, dirigida pelo Sr. António R. da Silva e Sousa (Sidónio Miguel)
4 de Maio — ao **Palácio de Queluz**, dirigida pelo Sr. Dr. Francisco Câncio
18 de Maio — ao **Edifício de São Vicente de Fora**, dirigida pelo Sr. Norberto de Araújo.
-
-

NOTA DEMOGRÁFICA

PELO DR. ARRUDA FURTADO

Foi chamada a atenção do Grupo "Amigos de Lisboa" para um artigo da Revista "Ocidente" (*) que se ocupa da mortalidade da nossa cidade; e no próprio artigo se solicita essa atenção.

Expressamente se agradece a lembrança e o aprêço que assim testemunhou aquela revista; e nesta pequena nota se procura dar a satisfação devida. Que se nos desculpe entretanto a pouca valia do escrito, pedido à nossa obrigação de médico sanitário e a que só por isso nos não podemos escusar.

— Morre-se bastante em Lisboa? Morre-se. Morre-se mesmo em certos anos, como diz o "Ocidente", mais do que se nasce? Morre-se.

Apesar disso cresce a cidade. Mas cresce em número a sua gente? Estamos convencidos de que o censo dirá que sim. E se assim fôr mais se firmará a nossa convicção de que Lisboa é, dentro da sua condição geral de centro de atração, por ser a maior terra do país, um núcleo imigratório de invulgar valor.

A cada canto, em cada grupo, em cada casa ou sítio da cidade, se topa com quem não é de cá ou cá lhe não nasceram pais ou avós.

Sendo às vezes tantos os que assim se juntam que sobrelevam os naturais e descendentes de antigos vizinhos das freguesias da urbe.

Como se condiciona essa imigração? Não o sabemos e supomos que ninguém o saiba bem. E como se regula? Sabemos, e então todos o sabemos bem, que de nenhum modo, a cada qual sendo livre a vinda para dentro do termo da capital, em busca do pão que falta, na mira de vida menos rude que a dos campos, na esperança de conforto e de prazeres.

Para muitos infelizmente o pão não surge, para os outros o trabalho é áspero e mais insalubre e a todos o conforto perturba o ritmo da vida e a alguns os prazeres muita vez desgastam e pervertem.

(*) «Ocidente» — Vol. XII — n.º 34 — págs. 317 e 318.

Sempre nos tem parecido que a observação dêsse aspecto de migração, de imigração, que tanto interessa à vida da cidade, daria preciosos elementos para as conclusões demográficas indispensáveis à compreensão exacta do valor e da significação de problemas como os da mortalidade e natalidade.

Nos últimos anos têm-se realizado na cidade larguíssimos trabalhos de interesse higiénico. Têm sido cuidadas questões como a das águas e a da habitação. Na Câmara Municipal os problemas da salubridade são compreendidos e tratados com desvêlo e respeito pelos pareceres técnicos.

E estou convencido que ao pedir-se-me para me ocupar da lembrança que a êste Grupo dos “Amigos de Lisboa” foi feita, tal aconteceu exactamente pela estranheza natural com que se teria tomado conhecimento de certos resultados estatísticos.

— É difficil matéria a estatística. E ao estudá-la aplicada à população da França, há mais de meio século, Jacques Bertillon, definindo então a demografia como o estudo da vida colectiva, acentuava que ela se relacionava com a história, com a economia pública e com a medicina, interessando aos moralistas, aos legisladores, aos homens de Estado.

Estudando como as sociedades se desenvolvem, se renovam, se desagregam e perecem, a demografia, escrevia êle, procura saber como os homens de cada povo são constituídos física e moralmente, que profissões lhes garantem a vida, como e porque se casam, que filhos têm e como os criam; e por que morrem e em que idades.

— Os estudos demográficos carecem de conclusões que só as estatísticas fornecem. Mas a compreensão dos problemas de uma população no intento de a orientar e de a beneficiar, exige inquéritos e averiguações que dêem a essas estatísticas números que abranjam, na medida do possível, a própria intimidade dos problemas. Tem de ir-se pelos fogos da cidade, ao contacto das suas famílias, num trabalho de visitaçào que cabe como nenhum outro na assistência social. (a)

(a) — Em 26 de Outubro p. p.º tivemos a honra de dizer na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no Pôrto :

•A criação do Sub-Secretariado da Assistência Social é a consignaço segura de um propósito de rever a obra realizada, dando-lhe ao mesmo tempo corpo e meios de maior acção».

À higiene, aos serviços de saúde pública, aos serviços de salubridade, aos médicos, aos engenheiros, aos veterinários, aos arquitetos, aos agrónomos, às administrações, tem de pedir-se cada dia, e sempre, e sempre mais, o que lhes pertence e cumpre. Vem-no há anos facilitando o Estado, compreendida a importância dos problemas e progressivamente assegurada a sua melhor solução.

Mas quando se encaram com espanto os números globais que afirmam o excesso da mortalidade sobre a natalidade tem de ir-se mais longe e reconheça-se que a criação de um organismo superior em que vão reunindo os serviços que à Assistência Social interessam, permite iniciar um estudo da vida da população de que só existe a afirmação da sua necessidade.

Lança-se o grito em favor da terra de que somos "Amigos", a maior da Nação, a que mais interessa por todo o modo. Há quem deseje trabalhar em seu benefício. É oportuno o momento, de vida social intensa, pelo mundo todo.

Há dentro deste Grupo muitos que podem ajudar e trazer valiosos elementos.

Fique esta nota com o valor de mais um apêlo.

Março de 1941.

Um livro que interessa a todos

LISBOA DE LÉS-A-LÉS

onde se faz a história de muitas ruas da cidade

por **LUIZ PASTOR DE MACEDO**

Edição da Câmara Municipal / Preço para os sócios 9\$00 Esc.

Em duas semanas vendeu-se mais de metade da edição



DOIS PALMOS DE LISBOA, EM BELÉM

POR NORBERTO DE ARAÚJO

O nosso confrade e vogal da Junta Directiva, Sr. Norberto de Araújo, realizou na noite de 13 do corrente, na nossa sede, uma palestra intitulada «Dois palmos de Lisboa, em Belém».

Êle quis — e êle o disse — dar apenas uma satisfação ao Grupo, relatar numa linguagem simples, posto que delicada, o que foi a obra do Grupo «Amigos de Lisboa».

Afastou-se da indole erudita ou descritiva que constitue a sua maneira, mas nem por isso a sua palestra — de que damos alguns tópicos — deixou de receber, no final, o aplauso unanime da assistência.

DOIS palmos de Lisboa em milha e meia de Belem — milha e meia que chega do Japão às terras árticas da América — eis o tema desta palestra.

Foram dois palmos que nós ali metemos ante a vastidão do empório histórico e artístico de Belém, mas dentro dos quais, dois palmos, também couberam oito séculos de Lisboa, todo o imenso diorama da «cidade grande» do reino, cabeça de muitos engenhos, peito de muitos sonhos, alma de muitas virtudes.

Apenas lá não houve lugar para os nossos desvarios. E êles foram assim tantos? Tenho de mim para mim a convicção de que todos os supostos desvarios praticados em Lisboa, quer os políticos, quer os

artísticos e urbanistas, o foram por homens que nunca chegaram a querer ou a saber *ser de Lisboa*.

* * *

Noutra Casa que não fôsse a do Grupo dos «Amigos de Lisboa», esta desenfadada palestra seria francamente pretenciosa. Aqui — não; estamos em família e, sós, com as nossas visitas, tôdas de simpatia.

Com efeito, todos os lisboetas viram a obra que em Belém o nosso Grupo logrou realizar.

Não apenas por mim, que fui um mero e eventual assistente directo, mas por todos aqueles meus ilustres confrades que têm responsabilidades culturais nesta «domus» quieta olisiponense — falar-se ainda do Pavilhão de Lisboa seria uma espécie de «cançado chá que ferve», teimosia narcisiana em evocar um êxito (por suposto), o que não se compadece com a consciência repousada do dever cumprido.

Mas de tal não se trata. Nós vamos apenas palestrar.

Eu vou simplesmente dizer como foi que nós «metemos o Rossio na Rua da Betesga».

* * *

Se Lisboa é de facto o Rossio de Portugal, com o seu grande lago que é o Tejo — êste Rossio para caber na Rua da Betesga sofreu uma verdadeira deformação e contracção architectónica, em alçado e planta.

Tivemos de o fazer ao geito da Rua da Betesga, em limitada área. Esta solução não saiu do nosso cérebro e mãos, mas de um architecto, culto e probo além de sabedor, e que compreendeu instintivamente o expediente.

Resolveu o que se anteolhava um bico de obra, metendo em obra a nossa sugestão da «Casa dos Bicos». E que linda e que simples, em mera projecção sugestiva, ficou esta rotulada Casa dos Bicos!

O chão dos dois palmos de Lisboa deu ainda lugar para um Pátio que o architecto, por sua própria invenção, riscou em plano, e que um artista, meu companheiro nas «Peregrinações em Lisboa», iluminou de pitoresco e de beleza, em sobreplânos de retro-visão deliciosa, que aquela milha e meia de Belém não pôde igualar.

Onde eu digo «Rua da Betesga» utilizo apenas uma expressão que corresponde ao dizer do povo, e que anda no comum dos nossos ouvidos. Mais justamente eu lhe poderia chamar «Rua Augusta», augusta por seu nascimento de município romano, augusta pelo seu coração e generosidade, Lisboa augusta pela egreja situação alcantilada, como se tôda ela fôra uma Alcáçova que deixara de ser castro romano e godo.

Mas — «Rua da Betesga» é tão lisboeta, tão enfiada no Castelo, tão a-par de Santa Justa e do Rossio de Valverde, tão cheirosa das alfazemas de S. Domingos e dos rosmaninhos da Mouraria, tão fingida de Ribeira Velha com seu mercado da Praça da Figueira, tão nobre com a sua aproximação dos Paços de São Cristóvão, tão religiosa a caminho da Sé pela Madalena, tão mercadora na sua vizinhança dos Fanqueiros; tão pitoresca com seus mangericos pelo São João, tão «Lisboa» com a sua lenda circumvizinha de João das Regras, tão espreitadora das glórias do mar pela nesga do enfiamento que se chamou Rua Bela da Rainha — que mal não faz que os dois palmos de Lisboa, motivo desta palestra, os tivessemos metido como o Rossio na Rua da Betesga.

.....

E então construimos tendas como na Rua Nova dos Ferros, bazares não de mercancias ou especiarias, mas de brincos para os olhos brincarem, jogos de orgulho e de augusta serenidade, que fomos arrancar às iluminuras das crónicas, às gavetas dos arquivos, aos cláustros e aos pátios de Lisboa monumental.

Ao cabo, metemos entre as palmas das mãos, como um mundo pequenino, tôda uma Lisboa que já vai, sem muralhas, na sua quinta ou sexta Cêrca, não contando seu termo, e cujo cronista erudito continua a ser aquele da «Cêrca Moura», e se chama Augusto Vieira da Silva.

* * *

Para que os dois palmos de Lisboa, a nossa convencional Rua da Betesga não ficasse monotona e pretenciosa (como nunca o seria a Rua Nova dos Ferros) estabelecemos um equilibrio em bazares e tendas dos nobilísimos exemplos e excelsos documentos, alternando o escapa-

rate do realismo com o do idealismo, o do sorriso com o da testa vincada, o da redondilha com o da epopeia, o do pitoresco com o da austeridade, o da beleza com o da grandeza, o do venerando com o da futilidade, afinal o da lenda com o da história.

E pintamos tudo isto com tintas de marfim e de ouro, ou com zarcões pitorescos, êstes muito adelgaçados — para não escandalizar a superior intenção artística da grande Exposição.

* * *

Pela disposição que demos aos quarteirões, passeámos pelos séculos xvii e xviii, cumprimentando, ainda vestidos à Richelieu; passeámos pela Ribeira Velha, sem «Malcozinhado», porque cozinhamos muito mal o peixe frito da exploração popular; deitámos uma vista à Lisboa do século xiv no velho «Cruzeiro de S. Lázaro», do tempo de Santa Isabel, cujo hospital foi do Senado de Lisboa, cruzeiro arrancado a ferros, pela nossa boa vontade, à má vontade da benemérita Associação dos Arqueólogos. Depois — entrámos religiosamente na lenda, cuja pôlpa é a história ennevoada, mas exacta tal um sol que a gente sabe que nasceu, com certeza, na manhã de 16 de Setembro de 1173, quando os restos do Santo chegaram ao termo do esteiro da Ribeira.

Naquele cantinho da nossa Rua metemos a polegada de um palmo do agiologio feito lisboeta, nos quatro passos do Santo Padroeiro «do qual o primeiro Afonso foi mui devoto», e erguemos, em vez de uma estátua, uma imagem sagrada sem baldaquino, iluminada por essa renda de ferro, maravilha das mãos tismadas dos artífices ferrageiros anónimos, coisa preciosa do século xiii ou xiv, aureolada pela penumbra de oiro do gótico deambulatório da Sé de Afonso IV.

Na cúpula copíámos da galanteria do «Por bem», das palradoras pêgas de Sintra, a sigla simbólica do navio e do corvo, as azas brancas que trouxeram o Santo e as azas negras que o vigiaram, na pôpa e na prôa, pois sempre o mal pode vir de qualquer dos levantes.

* * *

Dentro desta Lisboa em dois palmos desenhámos também o nosso Rossio, e que afinal, bem foi acomodado na rua familiar maneirinha que

foi o Pavilhão de Lisboa em Belém. Um Rossio de honra. Pois que toda a Rua antiga tem um altar ou um nicho ou um passo do Senhor, nós inventamos um relicário de parede para o Foral de Lisboa, velha fôlha amarelecida de Pergamo, que desenvolvemos numa parede, como se ela fôsse um fresco medieval; ela falava por Afonso Henriques, dizendo coisas que nenhum de Vós ouviu certamente sem um estremecimento: «Que os homens bons de Lisboa sejam considerados infanções de Portugal».

Fomos aos outros muros, tendas de marfim revestidas a fôlha de ouro e a cera negra, como a dos brandões dos paços de Guimarães, e fizemos exposição do acontecimento fulcro, vigoroso e solene, bárbaro e santificado, a Tomada de Lisboa, numa coral de desesperos gritada ao assédio, e numa oração de graças estática, repousado o Rei de pé, entre báculos e lanças. Noutra parede defendemos a Cidade do cerco do Rei de Castela, já em plena claridade do século XIV, num cenário que se desdobra maravilhoso, a um tempo robusto e virginal, com o príncipe da tábua de Colona, sereno como um luar, rodeado da mística imaculada do futuro Condestável, e na adivinhação da loba do Mestre de Bolonha.

Estes trípticos constituem passos de antologia de pintura de toda a Exposição — e vejam como êles couberam bem na pequena e estreita Rua da Betesga do nosso símbolo.

Nesta verdadeira Sala do Capítulo prantámos ainda a Lisboa que serviu o Regedor do Reino, êsse Portugal, cujos castelos entregues a alcaides com voz pela «aleivosa», esperavam apenas que Lisboa acendesse círios de vitória e erguesse balsões nos muros, junto dos quais dormiam, no sono da peste, as empavezadas galés de outro D. João.

Ao centro desta enorme tenda de orgulho e braveza, como se fôsse a pianha de um missal de lluminuras marinheiras e religiosas, erguemos em ouro a nau heráldica, e ao alto fixamos o Sêlo da Cidade, ao mesmo tempo que nas misulas dispunhamos no relêvo das idades — o Castelo, a Porta do Mar, a Sé, e o Monasterium de São Vicente.

Quatro polegadas, pois, de um palmo de Lisboa, taciturna e predestinada, arrancadas às crónicas, no cair da noite medieval e na aurora do dia gótico da Batalha.

* * *

Depois — a Rua da Betesga desfez-se em sorrisos.

Em minúsculos escaparates, reixas adiantadas de bazares, recortamos o povo, o fidalgo e o frade; o rio, o eirado, a feira, a igreja, a procissão, o passeio, as hortas, e a alma encantadora da liberdade. Vieram à Rua os costumes, os brinquedos, os pregões, o sino da ermida, o toque da Avè-Maria, as graças e melancolias de Lisboa paçã e romântica, pitoresca sempre, e que se desfaz em poesia e em chistes; a Casa dos Bicos, o Paço da Ribeira, o Hospital de Todos os Santos, o Passeio Público o Chiado e a Praça de touros do Campo de Sant'Ana.

Sem êste pitoresco — a espuma da expressão popular de todos os ciclos da história de Lisboa — não seria possível aquela outra expressão heróica que iluminou a Sala do Capítulo.

* * *

Mais um palmo bem medido da Lisboa se encontrou na galeria erudita, através das reproduções e óleos dos séculos XVI e XVII — a formosa Lisboa quinhentista, e a sombria Lisboa de seiscentos, que havia de ser cilindrada pelo Terramoto. Os dois palmos dilataram-se ao século XVIII, para que a Cidade coubesse tãda, e não faltasse mesmo nada de um bocadinho de verdade, de Ribamar a Xabregas, na superfície de esmalte azul dos paineis do Palácio dos Loios, apreendidos no Museu de Arte Antiga, complemento da Estampa reproduzida de Braunio e da Vista da Crónica de Duarte Galvão, do óleo de S. Luiz, e do da Academia de Belas Artes.

Lá estavam no seu canto dêste Bazar os pergaminhos e insignias municipais — a verdade documental escancarada como a Tõrre do Tombo desta barbacã de estafe —. E, como preito de justiça, que os cidadãos de Lisboa nunca negaram nem a inimigo leal, lá se representou a figura dura, enérgica e confundida de Pombal, o estadista de Lisboa, que agarrou nessa urbe chamuscada, triturada, desmoronada, a passou aos arquitectos, e a colocou depois outra vez — como uma Fénix — sob a rodoma de cristal da margem direita do Tejo.

* * *

Dois palmos de cidade — agora duas braças de água. Fomos buscar ao Rossio Naval as fustas, as caravelas, as naus, as galés, os navios de linha — a Lisboa marinha do século XIV ao século XX —, e os estaleiros, as praias, a Ribeira das Naus, a Tôrre de Belém, a par dos contornos das delimitações da Cidade urbana.

Conseguimos assim trazer o Tejo, noivo eterno de Lisboa, para uma das suas ruazinhas de namôro, a Rua da Betesga, e dir-se-ia que ela tinha o Rossio de Portugal na barriga.

* * *

Ao cabo de tudo modernizamos a simbólica betesga da nossa insuficiência, depois de nela termos metido o Carmo e a Trindade, amesquinhadados ante os Jerónimos e a Sé, e acomodados todos como homens diante do perigo, aconchegadinhos num abrigo, que ficou cheio de sol e de marezia.

Exemplificamos a Cidade Nova. Respiramos as Avenidas e as auto-estradas; visionamos as pontes e os edifícios. A última polegadazita dêstes dois palmos fizémo-la distender num panorama azul, ao qual o Castelo regressou medieval e a Sé se fez românica.

Se houvéramos tido um lago de mar, mesmo que fôsse do tamanho de um tanque de peixes de um jardim de bonecas, tínhamos lá metido — a «Nau Portugal».

.....

SENHORAS E SENHORES :

Diante da graciosa Casa de Santo António, obra do nosso ilustre confrade, Sr. Matos Sequeira, com fundo na renda românica da Grade da Sé — colocaram os «Amigos de Lisboa» uma legenda de amor, tecida de hossanas, e que bem ficaria na divisa dêste Grupo cultural, ou no pórtico familiar de tôdas as ruas desta Cidade, onde tantos de Vós nasceram, e outros aprenderam a querer-lhe bem.

Foi essa Legenda, inscrição mais de emoção que de boas letras,

cantada por algumas vozes neste «muro do derrete» de namorar Lisboa, na qual nós vemos um arralal em tôda a parte, e ouvimos um repique de noivado a tôda a hora.

Justo é que no final desta palestra, eu Vos repita ou revele, os *nomes* de todos aqueles cujas vozes se ouviram nessa coral, tão lírica quanto religiosa, que tanto podia ser repetida pelo instrumental dos ventos, num miradouro ou quadrela, como numa nave, de cujo triforio se debruçassem príncipes e santos, cavaleiros e mesterais, heróis e navegantes — os nossos avós, nem que êles houvessem sido «ganha-pães».

Coral de vontades e de abnegações, cujo som teve qualquer coisa como o dos búzios do mar e o das cotovias da terra, vozes de uma família que se quis bem, e há-de continuar querer no altar de Lisboa, se Deus fôr servido.

Arquitecto Luiz Cristino da Silva, de superior visão, pintores Jaime Martins Barata, êste um verdadeiro chefe, e Severo Portela, que se revelou um artista erudito; escultor Luiz Xavier, decoradores António Cristino e Hermano Baptista, ceramista Vitória Pereira, modeladores Joaquim Andrade e Franklím Pereira, engenheiro Almeida Freitas — naípe de um conjunto de vontades. E a-par dêstes, ou acima, conforme a posição de cada um, cito os inspiradores e animadores, consultores tantas vezes: Engenheiro Augusto Vieira da Silva, Luiz Pastor de Macedo, Gustavo de Matos Sequeira, Alberto Mac-Bride, Eugénio Mac-Bride. E ainda em voz mais sumida, ou contracanto, Cotinelli Telmo, o de superior conselho, architecto chefe da Exposição, sempre atento ao Pavilhão de Lisboa, o architecto António Couto, da Sé de Lisboa, o construtor Diamantino Tojal, os Drs. Jaime Lopes Dias e Silva Pinto, funcionários municipais, os architectos Keil do Amaral e Faria da Costa, organizadores da Sala Municipal. A tôda esta massa coral, da mística religiosa de Lisboa, posso acrescentar-me, eu próprio, como elemento apaixonado, e cito-me, menos por falar de mim, do que para ter pretexto para vos agradecer a todos a vossa presença, senhoras e senhores, cantores da cidade, que ajudaram, pelo vosso estímulo, a fazer o milagre de meter o Rossio na Rua da Betesga, dois palmos de Lisboa na milha e meia de Belém, que vai da Índia e Japão ao Brasil e às terras altas da América.

O CORAÇÃO DE D. PEDRO II

POR J. M. CORDEIRO DE SOUSA

ENTRE os letreiros existentes no pavimento da pequenina igreja que foi das religiosas flamengas em Alcântara, desperta-nos a atenção e a curiosidade o de uma singela campá que está junta aos degraus do altar-mor, da banda do Evangelho, e nos diz :

COR JACET HIC PETRI
REGIS MORTALE SECVNDI
COR VIVEBAT VBI
CONTVMVLATVR IBI.

O coração de D. Pedro foi ali enterrado. Está bem, embora o facto tenha intrigado o velho Gomes de Brito ⁽¹⁾. Mas que êsse coração já ali vivesse onde foi sepultado, é que, em verdade, pode levar-nos à suspeita de que algum enrêdo de amor nos está negaceando aquela pedra.

Cor vivebat vbi contvmvlatvr ibi.

Conhecida a volubilidade dêsse coração real, que não hesitara em sacrificar os mais sagrados affectos, amando a cunhada, mas amancebando-se com uma criada dela, a loira Du Verger ; que tivera amantes até nas classes mais baixas, e «de vária cô», no dizer de um seu con-

⁽¹⁾ *O convento das Flamengas em Alcântara. Os architectos Frias, in «Rev. Archeol. e Historica».*

temporâneo; que pedia para ser sepultado junto da sua «cara e amada esposa», a segunda, mas a traía, deixando vários filhos bastardos; não é para estranhar a suposição de que entre as freiras suas vizinhas também alguma guardasse na soledade da cela conventual, um pedacinho desse fragilíssimo coração.

Não é porém essa, nem poderia ser, a interpretação a dar à, talvez pouco feliz, frase latina. Mas de facto o coração do Rei está ali.

Como terá pois ficado tão preciosa relíquia à guarda da humilde comunidade seráfica?

D. Pedro morreu pela 1 hora da tarde de uma quinta-feira, dia 9 de Dezembro de 1706, e nem no seu testamento, lavrado na Guarda dois anos antes, nem numas recomendações particulares que deixou, ha qualquer alusão que possa relacionar-se com a afirmativa da lápida do convento de Nossa Senhora da Quietação. De um «desejo verbal expresso pelo Rei in articulo mortis», como supôs Gomes de Brito ⁽¹⁾ também não nos ficou memória.

Não, o caso foi outro, e muito simples. Conta-no-lo até o autor da *História Genealógica*, ao descrever-nos o embalsamamento do cadáver real.

Depois de minuciosamente nos informar de que «se achou a região vital infeccionada com vários achaques, o fígado com uma grande inchação, e a cutis que o cobria pela parte das costas estava branca, e se deslacerava com os dedos, o bofe todo negro, e na concavidade tinha um receptáculo que teria três onças de matéria. . .» não se esquecendo de nos referir que «no fel se acharam 35 pedras de feição de dados. . .», e de nos dizer que estava «a pleura da parte esquerda esfacelada, com uma grande porção de sangue gomoso», e que «no cérebro tinha algum sangue estraviado, e no ventrículo esquerdo alguma aguadilha»; conta-nos que, terminada a operação «foram os intestinos», isto é as vísceras, «a enterrar à igreja das religiosas Flamengas. . . levados à noite, com a decência devida, por António Rebelo da Fonseca, que servia de porteiro da câmara».

Ora aqui está pois desvendado o mistério. O corpo embalsamado

(1) Obr. cit.

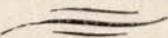
do Rei foi levado para S. Vicente; as vísceras, e com elas o «cor mortale», ficaram enterradas na formosa igreja do vizinho convento da Quietação.

E, se nos lembrarmos da natural protecção régia, dos favores, de uma certa intimidade até, dispensados a mosteiro tão chegado ao Paço de Alcântara, porventura do auxílio nos momentos difíceis para a pequena comunidade, compreenderemos que apenas o reconhecimento das pobres freiras se traduz na inocente afirmação de que o coração do Rei protector e amigo, «vivebat ubi contumulatur ibi».

Lumiar, Quinta de Nossa Senhora do Carmo.
Quaresma de 1940.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

*Faça com que os seus amigos
se inscrevam como*
"Amigos de Lisboa"



Velhas casas de Lisboa

POR FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

I

A casa em que nasceu o Beato João de Brito

ALGUMAS PALAVRAS COMO PRÓLOGO DÊSTES ESTUDOS

NOS trabalhos históricos e de investigação retrospectiva, na maior parte de tamanho valor e interesse, que têm vindo a público sôbre a nossa Lisboa uma fonte há que me parece tem sido ainda bem pouco explorada, não obstante julgá-la mina riquíssima de conhecimentos para os estudos locais. Essa fonte, a que só uma ou outra vez algum escritor terá recorrido, é a constituída pelos tombos das propriedades, os documentos que dizem respeito aos imóveis, são assim uma espécie de fóros da sua nobreza, os pergaminhos da sua fidalguia, costumam estar na mão dos proprietários e se transmitem com os prédios a que se referem, fazendo-se mesmo, muita vez, nas respectivas escrituras, a história completa dessas transmissões.

Êsses tombos (verdadeiros títulos de antiguidade dos bens imóveis) tomam muitas vezes avantajadas proporções pela soma de documentos de que se compõem e freqüentemente neles se encontram, com os contratos da transmissão do imóvel, inventários de maiores e orfanológicos, testamentos, codicilos e seus autos de abertura, doações, escambos, confissões de dívida, quitações, Instituições de prazos, escrituras de hipoteca, instituições de dote, contratos ante-nupciais, títulos de venda de foros, algumas vezes de instituições de vínculo, juntamente com os mais variados documentos: recibos, procurações, levantamento destas,

quitações, alvarás régios, registos, tornas, compensações, pagamentos, a que se juntam ainda bastas vezes certidões de intermináveis processos, públicas-formas de variados instrumentos oficiais, requerimentos de tôda a espécie, almoedas, licitações, décimas, relaxes, penhoras, confiscos, rois, cartas de sentença, autos de juramento e de declarações, de licitação, pagamento de contribuição de registo, autos de posse, contratos de emprazamento e de renovação de emprazamento, certidões de sentenças, acórdãos, recursos de revista, de apelos e de agravos, etc., etc.

Há, pois, nesses tombos, a par da localização dos prédios a que se referem e de outros bens, quasi sempre a desenvolvida história genealógica de uma ou mais famílias, com regular conhecimento da sua posição social, forma de viver e manter, nomes, idades, datas, locais de nascimento, casamento, óbito e habitação, com uma extensa indicação de nomes de testemunhas, referência a cargos e officios exercidos, de officiais de justiça, de notários, com muitas assinaturas, que difficilmente se poderiam ir hoje encontrar noutra parte.

Creio assim êste género de documentação muito própria à «bibliotheca genealógica» e aos estudos citadinos, numa das suas feições, qual seja a de se saber quem foram os proprietários em épocas passadas de muitos dos imóveis de que a cidade se compõe e quem, com a sua vida, o seu esforço, o seu dinheiro edificou, ou reedificou, afinal, uma grande parte da nossa Lisboa.

O perfume suave destas velharias creio bem que não desmerecerá por entre o cheiro forte e sadio de renovação que brota de estudos ultimamente aparecidos sobre a cidade. Da Lisboa de passadas eras têm escrito, depois que a êstes estudos deu singular e amoroso impulso o saudoso Visconde de Castilho (Júlio Vidal de Castilho Barreto e Noronha), sobretudo e com o maior brilho, os Srs.: Engenheiro Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Luiz Pastôr de Macedo e Mário de Sampayo Ribeiro, não me lembrando, porém, que qualquer dêstes escriptores tenha lançado mão de tão grande fonte de investigação, que bem interessante e verídica se me antolha.

Com tudo isto não quero dizer que espere produzir coisa de mór interesse para o conhecimento histórico da Capital. Quem me dera que sobre alguns dos imóveis de que penso apresentar certos quadros de vidas que ali passaram e de factos que nelas se deram, eu pudesse en-



LONGINES

marca mundial

10

grandes prémios

506 PRÉMIOS DE OBSERVATÓRIOS

Novidade Olisiponense

BELEM E ARREDORES ATRAVÉS DOS TEMPOS

por

JOSÉ DIAS SANCHES

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA DO SÍTIO
DE BELÉM

Onde se descreve a história de alguns palácios daquela praia histórica, o livro secreto do presídio da Torre de Belém, a execução dos Távoras, a vida bairrista doutros tempos, etc.

Custo para os sócios . . . 22\$50
" " o público . . . 25\$00

EDIÇÃO DA
LIVRARIA UNIVERSAL
Rua do Mundo, 25

OCIDENTE

Revista Mensal Portuguesa

DIRECTORES:

MANUEL MÚRIAS E ÁLVARO PINTO

Preço das assinaturas, por ano, com direito aos números especiais

Portugal, 115\$00 / Brasil, 120\$000 / Colónias Portuguesas, 125\$00 / Estrangeiro, £ 1-8-0

■ RUA DO SALITRE, 155, 1.º ■
LISBOA ■ PORTUGAL ■

CARLOS FARINHA

Lãs pen-
teadas e
desperdi-
cios de Lã

30, R. DOS
SAPATEIROS
■ LISBOA

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA

Excelente estrada marginal

Rápido serviço de combóios eléctricos

A mais elegante praia do País

TODOS OS DESPORTOS — Golf, Tennis,

Hipismo, Natação, Tiro, etc.

ESTORIL-PALÁCIO-HOTEL, Luxuoso e confortável

HOTEL DO PARQUE, Moderno e elegante

HOTEL DE ITÁLIA, Preços moderados

ESTORIL-TERMAS, Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico

TAMARIZ, Magníficas esplanadas sobre o mar. Serviço de Bar

Piscina de água tépida — Sala de Armas

Escola de equitação — Stand de tiro

CASINO — Aberto todo o ano — Cinema — Concêr-
tos — Dancing — Restaurante — Bars — Roleta
— Banca francesa — Baccará

PARA INFORMAÇÕES DETALHADAS DIRIGIR-SE À

SOC. PROPAGANDA DA COSTA DO SOL - LISBOA ESTORIL

CASA DOS PANOS

A 1.ª CASA DA ESPECIALIDADE

*Sortimento completo em
panos brancos e de cor
e em linhos de tôdas as larguras*

**Esquina da R. de S. Julião
45, Rua dos Fanqueiros, 49**

Fábrica Nova da Rameira EM ALENQUER

DE

Júlio António de Amorim Lima

Especialidade no fabrico de fazendas para
senhoras, elásticos para calçado, etc.

ESCRITÓRIO EM LISBOA :

**Rua dos Fanqueiros, 96, 1.º, D.
TELEFONE 21693**

Casa das Bandeiras



Bandeiras nacionais, estrangeiras e associativas, para Casas do Povo e Grémios. Fornecedores da Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina, União Nacional e Legião Portuguesa.

Secção de Lãs, Sedas e Alfaiataria

**DESCONTO DE 10% AOS SÓCIOS
DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»**

**D. COSTA & MONTEIRO, LDA.
223, R. DOS FANQUEIROS, 227
LISBOA TELEFONE 2 6126**

contrar documentação proveitosa para guloseima de curiosos destas antigualhas; mas quem me dera também, para poder fazê-lo, possuir aquele espírito e aquela lucilação que distinguia Lenotre, o admirável narrador dessa série de volumes publicados sob o título de «*Vieilles Maisons, Vieux Papiers*», cujas edições se multiplicam constantemente e tantos milhares de leitores têm deliciado.

* * *

Explicadas pelas palavras acima as intenções do meu trabalho, começarei por falar de uma dessas casas de habitação lisboetas, que se tornou histórica por nela ter nascido o «Xavier português», o maior apóstolo nacional, o grande missionário, estrela do Oriente, cabendo assim à cidade de Lisboa a honra de lhe ter sido berço.

Já noutros locais ⁽¹⁾ assinaei êste prédio e, com muita pena minha o digo, creio ter sido eu o primeiro quem deu a público tal notícia; pois bem teria querido que outros, ou de maior autoridade que eu, ou menos distanciados da época do nascimento de João de Brito se tivessem referido à habitação de seus pais em Lisboa, àquela onde êle viu a primeira luz.

Mas, ao passo que todos se referem a ter nascido o Beato na freguesia de Santo André (provado aliás pelo termo paroquial ⁽²⁾), nin-

(1) «*A Casa onde nasceu o Beato João de Brito*», in: «*Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*», vol. XXIII, Fascículo 2-3, Agosto-Setembro, 1956, págs. 131 e seguintes. «*Um grande vulto português — O Beato João de Brito* (Conferência realizada no Museu de Nun'Alvares, na noite de 4 de Fevereiro de 1939).» In: «*Bazar das Letras, das Ciências e das Artes*», Suplemento literário de «*A Voz*», Ano III, n.º 45 e 46, de 24 de Fevereiro e 3 de Março de 1939; Separata de 100 exemplares, Lisboa, 1939. «*O Beato João de Brito*», 3 vols. (o terceiro no prelo. Primeiro e segundo, 1940); Edição da Agência Geral das Colónias, Comemorativa do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal. 1.º vol., págs. 20 e seguintes.

(2) Não se encontravam os livros de assento paroquial da Freguesia de Santo André referentes à época do nascimento de João de Brito, mas não se perderam com o terremoto, como já alguém supôs, pois que o autor dos acrescentamentos da 2.ª edição da biografia do Beato, de que seu irmão é o autor, chamado António José de Figueiredo, publicada em 1852, a págs. 326, traslada o assento do baptismo de João de Brito, cópia fiel de uma certidão extraída pelo então prior da freguesia, o Rev. Manuel Frazão, em 26 de Abril de 1852, da freguesia, entenda-se, de Santo André e Santa Marinha, que foram as duas paróquias reunidas depois de 1834, fazendo o

guém, a não ser um poeta, seu amigo e contemporâneo, cuja produção parece, aliás, ter passado despercebida dos historiadores, ninguém, que eu saiba, nem mão e seu pa-
 cara as casas escolhidas, ao para Lisboa, a Côrte, quan-
 ração de 1640, mente seriam que, a 1 de Mar-
 nasceu o mais filhos e onde reira terá com-
 cido quando, tiu o marido, Brito Pereira,
 Rio de Ja C o m o
 feri ⁽¹⁾, que me nas o Padre
 ter sabido por idosa que
 Brites, ter esta rado com seu
 de São Cristo Da casa,
 go de Santo



O mais antigo retrato conhecido do
 BEATO JOÃO DE BRITO

(Gravura em cobre 0^m, 195 × 0^m, 159, assinada, à direita: «van Loÿbos delin.», e à esquerda: «Henricus Causé sculp.», inserta na obra: «Illustre / Certamen / R. P. Joannis / De Britto / E Societate Jesu / Luzitani, In odium Fidei à Regulo Maravá / trucidati, / Quartâ die Februarij 1693. / Autore R. P. Joannes Baptista / de Maldonado, Societatis Jesu. / Antverpiæ, / Apud Petrum Jouret... 1697.»).

camartelo desaparecer as duas igrejas, pelo que passou a sede da nova freguesia para a capela do extinto Convento de Nossa Senhora da Graça, dos frades agostinhos, onde se conserva. Não se encontravam, como acima disse, êsses livros de registo; porém o meu ilustre amigo, Sr. Pastor de Macedo, acaba de me dar a boa notícia de que os encontrou no Arquivo Paroquial, em São Vicente, donde fêz fotografar o assento de baptismo do Beato, que ilustra em reprodução êste número de «Olissipo».

⁽¹⁾ *Brotéria*, loc. cit.

⁽²⁾ *Franco* (P. António) — *Imagem da Virtude. Em o noviciado da Companhia de Jesus na Côrte de Lisboa...*; Coimbra, 1717, págs. 847.

seu próprio ir-
 negirista, indí-
 por seus pais
 virem residir
 acompanhando
 do da Restau-
 que provavel-
 aquelas em
 ço de 1647,
 novo de seus
 D. Brites Pe-
 êles permane-
 em 1649, par-
 Salvador de
 a governar o
 neiro.
 também re-
 conste, ape-
 Franco ⁽²⁾ diz
 pessoa mui
 conhecera D.
 senhora mo-
 filho na Rua
 vam.
 pois, ao Posti-
 André, se teria

mudado, já talvez viúva, para aquela em que depois habitou o letrado Afonso de Pina Caldas, a mulher do Governador do Rio de Janeiro, não sendo grande a distância entre os dois locais, ficando esta última residência mais próxima, contudo, do Paço da Ribeira, onde, por essa época, o seu pequeno filho, João, já exerceria o cargo de Pagem da Campaíña del-Rei D. João IV.

Qual teria sido a razão de ter elegido o aclamador de D. João IV em Portalegre e seu Trinchante-mor quando Duque esta casa do Postigo de Santo André para sua moradia e dos seus, ao transferir-se para Lisboa, em 1640?

Casa de renda era ela certamente ⁽¹⁾, e seria parte apenas do imóvel de que vou tratar.

O facto do domínio directo dessa propriedade ser de gente que usava, entre outros, o apelido Pereira (sem que contudo conheça parentesco entre as duas famílias) terá sido a razão da escolha daquela habitação, ao ter que vir morar para Lisboa Salvador de Brito Pereira?

Essa casa fazia parte do morgadio do Rego, de que era cabeça a Quinta da Calvana, no Lumiar, cujo tombo nos foi possível compulsar e remonta, como se verá, a 1603.

Mas vou provar que foi nesta boa residência da freguesia de Santo André que nasceu João de Brito. Como já noutra local disse, «é na obra sobre o Beato, escrita por seu irmão Fernão Pereira de Brito ⁽²⁾, que encontrámos, nos «*Epigramas Laudatorios*. . .» ⁽³⁾ que a precedem, uma extensa produção latina, para tal fim escrita pelo padre jesuíta Luiz Pereira, natural de Loures e afilhado da mãe do Beato (razão talvez porque usaria do seu apelido) a prova do que acabámos de dizer». Chama-se essa longa poesia: «*Palmam Triumphalem/Ven. Patri./Joan-*

⁽¹⁾ Ainda há pouco o antigo pároco de Santo André e Santa Marinha (1896-1907), Mgr. Carlos Costa, o ilustre sacerdote português que há tantos anos exerce o seu sagrado ministério na Basílica de Notre Dame de Lourdes, me confirmou esta tradição, a qual recebeu de seu falecido pai e de outras pessoas antigas, tradição portanto já contando anais de um século.

⁽²⁾ Citada Conferência, in «Bazar. . .».

⁽³⁾ «Epigrammas Laudatorios, e triumphaes elogios, com que alguns filhos da Companhia de Jesus celebraram as virtudes, a vida, e a morte de seu felicissimo irmão o V. P. João de Britto.» Vêm estes Epigramas Laudatórios. . . reproduzidos na 2.ª edição, já referida, de págs. 231 a 266.

nis de Britto/Societati Jesu/Sanguine Irrigatam./Erigit/P. Ludovicus Pereira/Ejusdem Societatis, /Et in folia explicat/quibus/Martyris sanguinem, Victoris tri-umphos, Joannis vitam, Amici/fidem, fratris amorem cir-/cumscíbit.»

E assim continuo a referida passagem: «Esta «Palma Triunfal», que, depois da raiz, conta cem fôlhas, em cada uma das quaes ha uma noticia sôbre o Beato, como se vê da primeira página e da segunda, na terceira página, e nas fôlhas 4, 5, 6 e 7, lhe refere a pátria, a filiação (fôlhas 6 e 7), o próprio local de Lisboa onde a casa estava situada — *Juxta urbis castellum.* — *In parœcia D. Andææ* — ».

«Não nos interessa a freguesia porque, além de todos os biógrafos a citarem», como vimos já, «o assento do baptismo o prova».

«Mas não se dava o mesmo com a habitação de seus pais, que nenhum dêsses biógrafos citava. Temos, pois, na página terceira, na fôlha 6 da palmeira :

«Juxta urbis castellum».

junto ao Castelo da cidade, e, por baixo, o elegante dístico :

«Castello adnatus, natusque in prælla Brittus».
«Maxima Castello debita turris erat».

que livremente traduzimos :

«Junto ao Castelo nasceu João de Brito para combater».
«Junto ao Castelo nascia a sua máxima tôrre».

O já citado António José de Figueiredo, ao preparar em 1852 a bela edição da biografia do Beato, escrita pelo irmão, de páginas 305 a 311, transcreve algumas passagens da «Imagem da Virtude...»⁽¹⁾, do Padre António Franco, referentes a João de Brito e que assim terminam: «Não apontou seu irmão as casas e rua onde nascera, o que lhe não era muito dificultoso, sendo ainda viva sua mãe. Posto que neste ponto fiz depois alguma diligência, nada pude descobrir, no que tive alguma pena; porque chegando, como esperâmos, a ser canonisado, poderia servir a noticia para neles se lhe levantar Igreja, como ao glorioso

⁽¹⁾ ANTONIO FRANCO.—loc. cit..

Santo António». Em nota, acrescenta Figueiredo: «Sentimos que fôsem inúteis algumas indagações feitas para descobrir se ainda existe a casa citada por êste autor, ou qual era a sua localidade. Talvez que não seja impossível ainda conseguir-se esta descoberta, que recomendamos aos curiosos destas notícias».

É pena que nem o Padre Franco nem António José de Figueiredo digam as diligências que fizeram. Por minha parte, como já disse ⁽¹⁾, iniciei assim as minhas buscas: «O facto do Agiológio poucos santos registar, nascidos nesta cidade (apenas os Santos Veríssimo, Máxima e Júlia, no século III, e Santo António, no século XII) e a falta de indicação do próprio local onde viu a primeira luz aquele que de luz celestial encheu o Oriente, levaram-nos a procurar na área urbana da outrora pequena freguesia de Santo André, qual a casa que poderia ter sido a residência de Salvador de Brito Pereira, quando passou a viver em Lisboa, depois que proclamou Rei a D. João IV, em Portalegre, e antes de partir para o Rio de Janeiro, que foi mandado governar em premio de seus serviços — casa em que provávelmente teria ficado residindo sua mulher, D. Brites Pereira, na companhia de seus filhos, todos menores, pois se sabe terem continuado a viver da côrte».

«Não era grande a freguesia de Santo André, mesmo quando em 1835 desapareceu (já unida à de Santa Marinha), mercê do camartelo libertador, que fez arruinar e, por fim, deitar abaixo as duas igrejas, passando a paróquia para a capela do extinto Convento da Graça. Tinha, então, 294 fogos, segundo Gonzaga Pereira; mas mais pequena era ela ainda antes do terramoto, contando apenas 140 fogos, com 550 pessoas, conforme João Baptista de Castro, na 2.^a edição da sua obra. E nessa época, segundo o mesmo autor, abrangia sòmente o Adro da Igreja, a Rua Direita, a Rua dos Cegos, os Becos dos Froes e da Lage e a Calçada do Convento da Graça».

«Decerto quem, residindo na área da antiga freguesia, melhor nos poderia informar, seria o Ex.^{mo} Sr. Conde da Figueira; fomos, por isso, bater à porta do ilustre fidalgo e não nos enganámos. Com a gentileza de sempre, Sua Ex.^a afirmou-nos que, por tradição mantida na sua família, sabia ser a casa que procurávamos a que, outrora, ligava com o

(1) Citado artigo, na *Brotéria*.

seu palácio pelo Arco de Santo André, e por dentro da qual corria o passadiço que, com a galaria sôbre o arco, servia para estabelecer o caminho do palácio para o Castelo de S. Jorge».

«Essa casa é, pois, um prédio grande, que no hoje Largo Rodrigues de Freitas tem, na porta da escada, o número de polícia 19-A; faz esquina, pelo poente, para a Costa do Castelo (que ali começa) e atinge, pelo nascente, o Largo do Menino Deus, tendo, portanto, a sua fachada principal virada ao norte, e, encravado na esquina norte-nascente, um pequeno edificio, constante sômente de lojas».

«Como a assinalar a casa, que se havia de tornar histórica, por nela ter nascido tão ínclito português e um tão grande vulto da Igreja — curiosa coïncidência! —, lá estava já, quando veio ao mundo o B. João de Brito, embebido na empena do poente (digâmos melhor, na antiga muralha da Cidade), o «Passo», que, embora renovado, ainda hoje ali se conserva, e cujas portas se abriam, todos os anos, no dia da procissão do Senhor Jesus dos Passos da Graça, deixando ver um altar com suas imagens (1)».

«Procurando o actual proprietário do imóvel, o Ex.^{mo} Sr. Luiz Barreiros Lopes, também êste Sr. nos confirmou a tradição, mostrando-nos, encaixilhado, um exemplar da gravura, que acompanha a segunda edição da Vida do Beato, escrita por seu irmão, e que esteve, em tempo, pendurada numa das divisões da casa».

«Há trinta e cinco anos (2), alugou o primeiro andar o Sr. Manuel dos Santos Paiva e Pona, que sucedeu... ao Centro Rodrigues de Freitas, vivendo do lado esquerdo, e tendo do lado direito instalado o seu estabelecimento de empréstimos sôbre penhões. Amavelmente nos deixou ver a casa, donde concluímos que, como nos dois andares superiores, ela foi construída para dois moradores em cada andar, pois apresenta em cada piso duas cozinhas e estas com mostras de serem da primitiva edificação».

(1) Vid. P. ERNESTO SALLES. — *O Senhor Jesus dos Passos da Graça*, Lisboa, 1925. págs. 120.

(2) Escrevi estas palavras em Março de 1936.

«Vimos, desde logo, que a escada actual, no seu primeiro lanço, é muito mais moderna, o que nos corroborou o Sr. Paiva e Pona, devendo a antiga entrada ser pela porta n.º 19, mais alta, mais larga e mais ornada (hoje ocupada por um estabelecimento), e que levaria ao pátio interior, onde nasceria o primitivo lanço da escada, como o do primeiro andar para o segundo, que ainda actualmente se vê circundando as paredes dêsse pátio».

No meu exemplar da referida 2.ª edição, junto à nota de Figueiredo, lancei as palavras que vou transcrever: «Estava-me êsse prazer reservado! Porque não terá o Editor desta 2.ª edição reparado para o dístico do P.º Luiz Pereira, com seu título, que transcreveu a págs. 252? E, bom latinista como era, não lhe teria sido difícil decifrar o enigma».

Sendo-me impossível, pelo menos por enquanto, responder às perguntas, que acima faço, o melhor será tirar dos documentos que até ao presente chegaram as notícias mais curiosas dessa habitação, para que algum leitor, com as achegas das informações genealógicas que lhe irei juntar, e outras que, porventura, êle tiver, possa, não só confirmar com nova documentação o que até aqui tenho conseguido trazer a lume acerca do local onde nasceu João de Brito; mas aduzir maior conhecimento sôbre a vida e residência de seus pais nesta Capital.

(Continua).

Próximas conferências na sede:

- 17 de Abril — **S. Roque e os Borjas**, pelo Sr. Alvaro Pereira de Sousa.
- 24 de Abril — **Aquarelas de Lisboa**, por José Dias Gonçalves.
- 1 de Maio — **Mais uma vista panorâmica de Lisboa** (inédita), pelo Sr. Dr. Perry Vidal.
- 17 de Maio — **Lisboa na numismática e medalhística** (apontamentos e notas), pelo Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.

A PARÓQUIA DE S. BARTOLOMEU DE LISBOA

(CONFERÊNCIA REALIZADA NA IGREJA DE S. BARTOLOMEU, AO
GRILLO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1939, EM VISITA DO GRUPO
AMIGOS DE LISBOA À REFERIDA IGREJA, AO RECOLHIMENTO DE
NOSSA SENHORA DO AMPARO E AOS RESTOS DA ANTIGA IGREJA
DO BEATO ANTÓNIO)

POR SIDÓNIO MIGUEL

Senhoras e Senhores :

NUMA das nossas mais instrutivas reuniões ao ar livre, realizada no verão último nas vizinhanças da Sé, ouvimos alguns ao prelector da tarde, Sr. Pastor de Macedo, que o nosso Grupo andava a mostrar Lisboa. Assim é. Pode dizer-se que, mercê destas visitas num domingo de cada mês de actividade, os lisbonenses de nascimento e de residência, seus associados, vão conhecendo monumentos e curiosidades que doutro modo não conheceriam.

É claro que o interesse por estas visitas não é igual. Ha algumas para o maior número, quasi sempre aquelas em que ha a ver algum monumento ou cousa suntuosa e geralmente não acessível ao público, e ha outras que interessam a número bem menor, que são estas a templos modestos, que qualquer de nós pode visitar sozinho, e que, como a de hoje, não têm a recomendá-las do prelector senão a boa vontade.

Eu distingo nas nossas visitas, sob diverso ponto de vista, aquelas ao que ainda pode ver-se em Lisboa em razoável estado de conservação

e as que mais devem chamar-se «Peregrinações» a sítios malfadados, onde o que queremos ver já não existe ou está de tal modo deturpado e amesquinhado que só um grandíssimo poder de evocação pode garantir ao prelector o interesse dos ouvintes.

Disse preferir o nome de «Peregrinações». É fácil compreender porquê. «Peregrinação» junta à ideia da visita a duma atitude religiosa do visitante e ao character dos lugares visitados um maior atributo de cousa santificada que com a nossa atitude harmoniosamente se casa.

Ora esta atitude religiosa do nosso espírito impõe-se sempre à nossa primeira curiosidade. E na maioria das igrejas de Lisboa, lugares freqüentes das nossas peregrinações, ela nasce em nós, não apenas da nossa crença ou, pelo menos, do respeito pela sua natureza de casas de oração, de templos da religião secular dos portugueses, mas também da humana passagem pelas suas naves, pelos seus adros, do último repouso nos seus túmulos, sob as suas pedras, de grandes e humildes antepassados nossos, que o patriotismo são, em culto sincero, que a Deus não ofende nas suas naves, plenamente santifica. E, a despeito de termos realmente pouco a ver na maioria destes lugares sagrados, porventura deturpados, banalizados pelos cataclismos, pela obra do tempo, pelos erros dos homens, essa religiosidade canta-nos cá dentro ainda o mistério perturbador do já vivido onde vivemos hoje, do já palmilhado por gerações que repousam e das quais somos legatários, quasi sempre ingratos, não apenas pelas pedras que nos deixaram, mas pela alma que nos formaram e que, junto destas pedras, onde um materialismo grosseiro não vê mais que trabalho acumulado, se sente tocado do amor, da caridosa solidariedade com passados e futuros, da suave melancolia, a que não foge a simpatia humana recuada ao passado.

Demasiado sabemos, pois, que Lisboa guarda muito pouco do que foi. E por isso são infelizmente bem mais freqüentes as nossas romagens a sítios que pouco ou nada mostram do que foram do que aquelas, onde os olhos matam a curiosidade de ver o que com orgulho pode ser mostrado de cousas conservadas.

Eu confesso que me resignaria com tal penúria, se ela apenas resultasse dos cismos que têm sacudido a nossa Lisboa ou das catástrofes guerreiras, não muitas, que a têm devastado. Mas o terramoto de 1755 tem costas largas — chega a dizer-nos num dos seus formosos livros

Mestre Matos de Sequeira, convencido como nós de que a grande parte da destruição do nosso património artístico se deve sobretudo à obra pacífica dos homens.

Ora a mais sacrificada de tôdas as áreas da cidade a êsses porfiados erros, a mais esbulhada das suas riquezas e curiosidades, históricas e monumentais, pela incúria criminosa, pelo desrespeito grosseiro, pela ignorância petulante, pela irreligiosidade e vândalismo insolente, ao serviço ou em nome duma cousa por aí chamada «progresso», é esta em que estamos, dos Caminhos de Ferro até ao Poço do Bispo, cuja feição particular, «dalguma graça e não pouca magestade» no tempo de Vilhena Barbosa, consistia em uma série de templos, conventos e palácios, vistos do rio, estendidos em linha pelo espaço de quatro quilómetros.

Não poderia falar assim hoje o erudito redactor do *Arquivo Pitoresco*. Essa série de templos e palácios está longe de prestar qualquer graça a êstes subúrbios da capital, que êle já achava menos belos e aprazíveis que os do Norte e do Oeste. E eu direi que às vezes, por um vulgar fenómeno psíquico, que não me atrevo a classificar, chego a transferir para tôda esta área de Lisboa o aborrecimento que me causa a obra de destruição e de deturpação de que foi vítima. É o próprio sítio que se me torna antipático.

Perdõem-me os bons habitantes de todo êle, se lhes atribuo culpas de cousas dê que mais sofrem, mas a verdade é que me confrango quando olho, por exemplo, para aquela fachada barroca da fábrica dos tabacos na vizinhança da Madre de Deus, onde foi S. Francisco de Xabregas, igreja secular, reconstruída embora depois do terramoto, que a sua tradição de escola de santos, doutos e religiosos, o popular culto de Nossa Senhora, Mãe dos Homens, a lembrança de S. João de Deus, de Frel João de Nossa Senhora ou a de Vieira Lusitano, que por aqui morreu na saúdade da sua mulher e ali está sepultado, não salvaram da profanação; lamento-me quando vejo aquela frontaria duma fábrica de massas ou de moagens, da qual apearam umas tôrres e mascararam a porta e para dentro da qual havia um dos mais formosos templos da capital que era a igreja do convento do Beato António, rica de valor artístico e histórico; entristeço-me quando olho para o casarão da Manutenção Militar e adivinho nele o local dum convento de Santo Agostinho das Freiras do Grilo, que a glória da fundadora, ninguém menos

que a grande rainha D. Luiza de Guzman, que nele quis ter a sua perpétua sepultura, não logrou tampouco salvar da profanação e da demolição. Não falo já duma ermida da Senhora do Rosário da Restauração, obra dum dos conjurados de 1640, cujo nome de baptismo resta aí numa rua e numas escadinhas, mas que já ninguém sabe onde foi.

E afinal êste sítio foi dos mais poupados pelo terramoto de 1755. Apenas S. Francisco sofreu ruina completa. E aqui para o Beato António ou S. Bento de Xabregas veio a triste procissão de fugitivos do padre José Frazão, o prior da Conceição Nova, que, conta João Baptista de Castro, pouco antes do desastre havia saído da sua igreja com o Santíssimo Sacramento debaixo do pálio para dar o sagrado Viatico a um enfermo e que não podendo voltar a ela, cuja fachada se tinha aberto logo pelo meio entre as duas tórres, se dirigiu então ao Terreiro do Paço. Ali, com a assistência de vinte e cinco irmãos, sacramentou mais de quatrocentas pessoas. A procissão chegou ao Beato pelas dez horas da noite, acompanhada por mais de três mil penitentes, muitos deles já sem casa nem outros haveres, mas que não cessavam de louvar o Senhor, rezando e chorando. A rua, por onde vieram, ainda aí está. E a procissão passou aqui em frente dos três arcos da galilé desta baroca igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete que resistiu também ao terramoto.

Tão poupado foi, pois, quasi todo o sítio que o escolheram para nele se fixar uma das paróquias da cidade destruídas pela catástrofe, que era a que tinha por orago o apóstolo S. Bartolomeu.

O apóstolo S. Bartolomeu — não quero deixar de lembrar aos que me ouvem e que porventura pouco conhecem das grandes figuras da Igreja — foi um dos doze que Cristo escolheu para semeadores da sua doutrina; prègou na Arábia, na Pérsia, na Etiópia, que era mais alguma cousa que a de hoje. Andou pela Frigia e pela Licaonia e recebeu o martírio na Arménia.

Em Lisboa, a freguesia de S. Bartolomeu começou nas vizinhanças do Castelo e a igreja era em sítio mais ou menos onde é hoje o Largo dos Loios, donde passou para uma barraca no Cardal da Graça nos dias que seguiram o terramoto, depois para o convento do Beato António ou do Beato, cujos restos visitaremos, e finalmente para êste que se chamava de Nossa Senhora do Monte Olivete, ao Grilo.

A nossa visita de hoje é, portanto, e principalmente, a uma igreja que apenas ha cem anos é a sede paroquial de S. Bartolomeu.

«A maior antiguidade que pudémos descobrir desta paróquia é a que consta de uma escritura feita pelo bispo da Lisboa portuguesa, D. Alvaro, no ano de 1168, na qual se faz já menção da igreja de S. Bartolomeu — diz-nos João Baptista de Castro no seu *Mapa de Portugal*, baseado na notícia da *História Ecclesiástica de Lisboa* de D. Rodrigo da Cunha. Gomes de Brito nas suas *Ruas de Lisboa*, dá esta freguesia como instituída pelo próprio bispo D. Alvaro (sucessor imediato de D. Gilberto, o primeiro bispo de Lisboa) e logo a seguir à fundação da freguesia da Madalena, que teria sido em 1164, e simultaneamente com a das freguesias de S. Jorge e S. Martinho, no ano de 1168. Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, diz-nos que «situada no mais alto da cidade, antes de se entrar para o Castelo, constava ter sido capela de reis antigos. No reinado de D. Diniz era efectivamente capela real, junto ao palácio, onde residiu a Rainha Santa.

A planta do XI volume da *Lisboa Antiga* nele introduzida por Mestre Vieira da Silva, dá-nos o sítio exacto da igreja. Quando V. Ex.^{as} passarem pelo Largo dos Loios, indo de S. Tiago, atentem num prédio alto, à direita, fronteiro ao quartel da Guarda Republicana, no local, como sabem, do antigo convento de Santo Eloi. Diz-nos a notícia da *Lisboa Antiga* que ha no interior dêsse prédio restos da igreja de S. Bartolomeu. E duas portas ou portões muito juntos num muro que se segue ao prédio alto levam a um páteo que parcialmente foi ocupado pelo corpo da igreja.

No tempo de Carvalho da Costa ainda existiam vestígios do passado do palácio real para a igreja, cujo alçado principal era um pouco o da fachada actual de S. Lourenço. Tinha a sua porta gótica para o poente e era de três naves, onde cabiam trezentas pessoas. No tecto da nave central havia a pintura das armas reais.

Os altares, certamente da reconstrução de 1707, promovida pelo prior do tempo, Padre Manuel da Silva Moura, eram cinco. O altar-mór, já de talha dourada, tinha a Senhora da Conceição do lado do Evangelho e S. Bartolomeu do da Epístola. Os dois altares colaterais, também de boa talha, eram do lado da Epístola o de Nossa Senhora da Graça;

do lado do Evangelho o de S. Silvestre cuja imagem diziam ser a única dêste santo em igrejas de Lisboa.

A imagem de Nossa Senhora da Graça tinha a sua história. Supunham ser ainda a que a Rainha Santa Isabel mandou fazer. Era de roca, isto é, de vestir e por isso acontecia cada devota querer vesti-la a seu modo, o que dava lugar a conflitos. Em 1704 uma devota, D. Joana Josefa de Melo pretendeu substituí-la por uma imagem tôda de madeira. O pároco, que era então António de Sousa, não concordou logo com o pedido de D. Joana. Foi preciso que esta se afastasse por algum tempo da freqüência da igreja e fugisse a cooperar nas solenidades do culto para o pároco transigir. A imagem de roca foi então substituída por uma tôda de madeira, escultura de João Araújo.

Veiu 1755. Sabemos pela obra de Moreira de Mendonça como, depois do terramoto o incêndio alastrou de S. Paulo aos Remolares, à Ribeira das Naus, ao Chafariz de El-Rei, a S. Pedro, S. João da Praça, S. Jorge, S. Martinho, Santo Elói, S. Bartolomeu, Castelo, S. Patrício, S. Mamede, Costa do Castelo, Santa Justa, Borratém, S. Domingos, Palácio Cadaval no Rossio, Ruas da Condessa e da Oliveira, ao Carmo, Trindade, S. Roque, Bairro Alto, e voltou pelas Chagas a fechar o seu círculo destruidor em S. Paulo, onde começara.

Em S. Bartolomeu do Castelo, o prejuízo com o terramoto não foi pequeno, conta João Baptista de Castro, mas o do incêndio ficou memorável. O terramoto derrubou o tecto e a frontaria da igreja, o incêndio destruiu-lhe as melhores três capelas e devorou a maior parte da sua prata e ornamentos. Morreram naquele dia em tôda a paróquia quarenta e cinco pessoas.

Mas salvaram-se sem lesão alguma os ornatos e mais fábrica pertencentes à milagrosa imagem de Nossa Senhora da Graça.

Vendo-se em tal desamparo e consternação — escreve ainda João Baptista de Castro — o pároco e os seus fregueses foram abarracar-se nos sítios do Campo de Santa Clara, quinta do Alcaide Fidalgo, Cardal da Graça e Cruz dos Quatro Caminhos. No Cardal da Graça erigiu-se uma barraca decente para o exercício do culto.

Com a catástrofe, os habitantes da freguesia passaram de cento e quarenta fogos, correspondentes a quinhentas almas, para cinqüenta e um fogos e cento e setenta almas, que foram possivelmente as que se

deixaram ficar no sítio ou a êle voltaram. As casas queimadas haviam sido noventa e sete. Ha na tôrre do Tombo curiosa notícia de medidas que se tomaram em 1756 e em 1771 para a realização do tomo e da medição das propriedades de tôda a área d'esta freguesia.

Júlio de Castilho diz-nos ter encontrado em 1888, nesta igreja em que estamos, elementos que o levaram a concluir que o sítio escolhido para a instalação provisória do culto religioso no Cardal da Graça foi uma pequena ermida de Nossa Senhora do Rosário na Travessa da Verónica. Ali estava em Abril de 1759 e ainda em Dezembro de 1765. Esta ermida é a de Nossa Senhora do Rosário de Vila Galega, a mesma que na Rua da Verónica se encontra hoje a servir de templo evangélico? Assim parece. Entretanto Gonzaga Pereira fala com certa segurança na transferênciã dos vasos sagrados para a humilde casa de Nossa Senhora da Glória, ao Cardal da Graça, para terreno, onde está hoje a ermida de Nossa Senhora da Glória.

Em Abril de 1770 estava a paróquia de S. Bartolomeu já na igreja do Beato António, cujos restos vamos visitar, também chamada de S. Bento de Xabregas e dos Conegos Evangelistas ou Loios.

Antes de entrarmos no estudo desta passagem da freguesia ⁽¹⁾ pela igreja do Beato António, devemos lembrar duas casas que havia no seu distrito, no bairro do Castelo. Eram o convento de Santo Eloi e o Seminário de Santa Catarina.

Reservamos para palestra que nosso Grupo projecta realizar no verão próximo nos velhos lugares desta freguesia noticia mais larga duma e outra destas casas. Resumiremos hoje o que delas conta João Baptista de Castro, que preferimos um tanto para a nossa exposição porque reúne mais ou menos o que historiadores e monógrafos mais antigos deixaram escrito.

O convento de Santo Eloi, assim chamado por uma capela que nele havia com a venerada imagem dêste santo, foi fundado pelo célebre bispo D. Domingos Jardo, no ano de 1286 com o título de Hospital de S. Paulo. Por morte do bispo fundador ficou seu sobrinho Afonso Annes

(1) A freguesia de S. Bartolomeu, no distrito do Castelo, chegou a ter doze capelães e rendas para enfermos, merceeiras e estudantes pobres.

com o governo do hospital e o título de seu provedor. Mais tarde, indo a casa em decadência, o infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de Afonso V, obteve um breve de Eugénio IV para a passagem dela para a congregação de S. João Evangelista, de que vamos falar muito.

Sabem V. Ex.^{as} que o convento de Santo Eloi era dos grandes da cidade. Funcionava nele um dos três braços das côrtes da Nação, clero nobreza e povo. Foi em Santo Eloi que foi assinado o tratado de paz entre as corôas de Portugal e Espanha que pôs termo em 1668 à Guerra da Restauração. Na sua igreja, diz Frei Francisco de Santa Maria, o autor do *Céu aberto na terra*, foi criada a primeira Irmandade do Santíssimo Sacramento que houve em Lisboa.

O Seminário de Santa Catarina era uma instituição de ensino de «colegiais seculares» — como lhes chamavam — fundada pelo cardinal D. Henrique, quando arcebispo de Lisboa. Eram governados por um reitor jesuíta e por um vice-reitor clérigo secular, que os acompanhavam às lições do Colégio de Santo Antão, onde iam aprender as faculdades que no famoso colégio se ensinavam e que eram matemática, filosofia, teologia especulativa e moral. Estava instalado no edificio que é hoje o Hospital de S. José e já dele falou há tempos a V. Ex.^{as} o nosso illustre consócio, Sr. Dr. Mac-Bride, que nos fez lembrar com justa mágua a perda da suntuosa igreja que ali havia e que também, mais que o terremoto, a incúria e a maldade por completo destruíram.

Este Seminário de Santa Catarina era, pelo que se vê, coisa modesta. Tinha sido fundado todavia para dar cumprimento à disposição do Concilio Tridentino de que se criassem em Lisboa «sujeitos beneméritos» para o bom provimento das igrejas. Edificado em sítio apertado, diz Carvalho da Costa. Teve, ao princípio, rendas bastantes para sustentar o reitor e o vice-reitor e os vinte e quatro colegiais. Mas, no tempo de Carvalho da Costa, apenas tinha dez colegiais por causa da carestia dos tempos e da deminuição das rendas. Já assim se falava no passado.

Temos, pois, mudada aqui para o Beato a freguesia de S. Bartolomeu do Castelo. E preciso foi então alterar as áreas das freguesias já por aqui existentes; uma dentro da cidade que era Santa Engrácia e outra fora de portas, que era Santa Maria dos Olivais. A primeira, desa-

nexada de Santo Estêvão em 1568, por influência da infanta D. Maria que chegou a morar no campo de Santa Clara, compreendia nos seus limites os conventos de Santa Clara, Santa Apolónia, Santos-o-Novo, Madre de Deus, Santa Maria de Jesus de Xabregas e ainda um recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, hoje lembrado na travessa de Lázaro Leitão, além de muitas ermidas que eram, entre outras, uma Senhora do Rosário em Vila Galega, de que já falei; uma Senhora do Rosário de Restauração que também já lembrei; um S. Pedro de Alcântara, junto a Santa Apolónia, do qual se ocupou Júlio de Castilho na sua *Ribeira de Lisboa*; uma Madre de Deus na travessa do Cascão, um S. João Baptista não sei onde, uma Nossa Senhora da Conceição e Santo António no Cais dos Soldados, uma Santa Ana não sei também onde e uma Senhora da Conceição no vale de Chelas.

A freguesia dos Olivais é falada desde 1420. Começou numa antiqúissima igreja dedicada a Nossa Senhora dos Olivais, invocação que lhe ficou por ter aparecido a sua imagem numa oliveira do sítio. Em 1483 o Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa, uniu-a à capela de Nossa Senhora da Assunção do lembrado convento de Santo Eloi, cujo reitor percebia os dízimos desta freguesia e apresentava o vigário com a cóngrua de cem mil réis. Tinha novecentos vizinhos subordinados ao corregedor de Alfama e compreendia no seu distrito os conventos de S. Bento de Xabregas, o convento do Grilo, em cuja igreja estamos, o fronteiroço de religiosas Agostinhas, onde está a Manutenção Militar, e, indo para leste, Nossa Senhora da Conceição de Marvila e S. Felix e Santo Adrião em Chelas, isto além de várias ermidas que não merece a pena enumerar agora.

A freguesia de S. Bartolomeu, que ficou aqui com 470 fogos ou uma população de 2120 almas, compreendeu portanto um núcleo notável de casas religiosas e os seus limites em 1876 abrangiam, segundo João Maria Baptista, no concelho dos Olivais, a que pertencia, os lugares do Beato, Chelas, Casas Novas, os casais do Manteigueiro, da Ilha, as quintas dos Pintores ou da Pintora, das Veigas, de Santa Filomena, dos Ourives, das Conchas, Salgada, Machados, Regueirão, Santa Catarina, Madeira, Santo António, Profeta, Pinheiro, Carrascal, Sol, Bulhão, Loureiro, Aguias, Ladeira, Embrechado, Olaias, Monte Coxo, Chuchadeiro,

Padres Vicente, Fonte do Louro, Conceição no Alto do Pina, Conceição em Chelas, nomes que não estão hoje todos esquecidos.

A sua séde era pois em 1770, não aqui, na igreja do convento do Grilo, mas na profanada igreja que se encontra ao fundo da Alameda do Beato, com a sua fachada ainda a lembrar o que foi, a-pesar-de despojada das tôrres, da portada e da gradaria, que podem ser vistas no desenho dos *Monumentos sacros de Lisboa* do ingénuo, mas prestante Gonzaga Pereira, publicados por Mestre Vieira da Silva.

«Era uma das mais bonitas alamedas, chegada à beira-mar, ornada de arvoredos» — contou Vilhena Barbosa, se não estou em êrro. Não existe já tal alameda. E à beira-mar é hoje o casario a sul, que nos foi tapando a vista do rio.

Ora neste local da igreja e do convento depois chamado de S. João Evangelista, dos Loios, do Beato António, etc., existia já desde tempos remotos uma ermida ou oratório, sob a invocação de S. Bento. Esta primeira invocação nunca se perdeu, porque já sabemos que se lhe chamava também S. Bento de Xabregas.

Tal ermida ou oratório foi o primeiro templo que em Lisboa e arredores se edificou a êste Santo. Construfu-a o Dom Abade de Alcobça Dom Estevão de Aguiar, com o intento de a ampliar e fundar ali um colégio ou hospício para a sua ordem.

No entanto, a construção não passou do pequeno oratório e na primeira metade do século xv a rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, pretendeu fazer ela essa construção, não para os frades beneditinos, mas para uma congregação que pelas virtudes notórias dos seus congregados e por se haver estabelecido num sítio chamado Vilar, junto ao rio Cávado, duas léguas ao norte de Braga, era conhecida pelo título de Congregação dos Bons Homens de Vilar, mais tarde Vilar de Frades.

Estes religiosos de Vilar, que não eram frades, mas cónegos seculares de S. João Evangelista, merecem que expliquemos um pouco a sua origem e o favor com que foram acolhidos em Portugal.

Frei Francisco de Santa Maria na sua citada obra conta-nos como, mercê das queixas e desordens que lavravam no reino desde D. Fernando, os costumes se haviam relaxado e não estava isento de tão lamentável queda o nosso clero secular, mal recrutado, mal preparado e mal vigiado. Segundo o bom Frei Francisco, três homens dêsse princípio

do século xv resolveram um dia tentar reformar tais costumes pelo exemplo e pela prègação. Foram êles João Martins Lourenço — diz Frei Francisco de Santa Maria — Frei João Vicente, desdobrado num Frei Martim Lourenço — dizem outros — catedrático de medicina da Universidade (então em Lisboa, como se sabe), e que depois foi bispo de Lamego e de Vizeu; D. Afonso Nogueira, doutor em teologia, que mais tarde foi arcebispo de Lisboa; e Lourenço Annes, prior de S. Julião.

Os três apóstolos da regeneração dos costumes do clero e dos fiéis começaram a reunir-se em Santa Maria dos Olivais com os primeiros adherentes. Passaram ao Porto, onde o bispo D. Vasco os agasalhou na igreja de Santa Maria de Campanhã e mais tarde estiveram num convento mesmo no centro do Porto, no largo que ainda ali é chamado dos Loios. O arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, protegeu também a nova congregação, à qual deu para sede o citado mosteiro de Vilar de Frades, que ainda hoje lá existe, e que então foi reduzido de mosteiro a igreja paroquial. Foi isto em 1425.

Os primeiros congregados de S. João Evangelista, tal o santo a cuja invocação se acolheram, não tardaram portanto a ganhar o respeito e a própria veneração de todo o povo.

Visitavam as cadeias, confortavam presos, prègavam publicamente as obras de misericórdia que faziam o verdadeiro cristão e assim mereceram ser conhecidos pelo nome de Bons Homens de Vilar. A congregação obteve breve pontifício a favor da sua constituição, que lhe foi dado, primeiramente por Martinho V em 1431, e depois por Eugénio IV no mesmo ano.

Entretanto Frei Afonso Nogueira visitava a casa de S. Jorge de Alga, em Veneza. Ali havia instituída, naquela Itália do século xv, onde a disciplina eclesiástica também estava longe de ser rigorosa, uma ordem com fins semelhantes fundada por Don Antonio Corario. Foi então que Eugénio IV deu aos nossos cônegos de S. João Evangelista o breve de que falámos, e os autorizou a usar o mesmo hábito azul de S. Jorge de Alga de Veneza, em substituição do hábito pardo que abandonaram. Dêste azul dos loios veio o nome de azuloio, espécie de azul-roxo, que os novos frades de S. João Evangelista usavam no hábito imitado do de S. Jorge de Alga.

E Vilar de Frades foi até 1461 a cabeça da congregação que teve

depois em Portugal as casas de Santa Cruz de Vila de Rei, em Lamego; em Lisboa Santo Eloi e êste S. Bento de Enxobregas, que passou em 1461 a cabeça da congregação; em Évora S. João Evangelista; no Porto Nossa Senhora da Consolação; em Arraiolos Nossa Senhora da Assunção; em Coimbra S. João Evangelista; e na Feira o Santo Espírito.

Do nome de Santo Eloi, que o povo deu ao convento de Lisboa, por nós lembrado na vizinhança do primitivo S. Bartolomeu, veio o nome de Loios a esta congregação, não apenas em Lisboa, mas nas outras terras do país. Já falei dos Loios do Porto. Em Coimbra o convento dos Loios era — creio eu — onde está hoje o Govêrno Civil, em frente da Sé Nova, antigo colégio dos jesuítas.

Já dissemos que a rainha D. Izabel, mulher de D. Afonso V, foi quem influiu para que a pequena casa beneditina de Xabregas, aqui existente no seu tempo, passasse para a congregação dos Bons Homens de Vilar.

Faleceu a rainha em 1455. Quem se lembra hoje de que esta triste princeza, filha do infante D. Pedro que morreu em Alfarrobeira, em luta contra o sobrinho e genro, apenas viveu 23 anos? Pois assim foi. E esta devoção muito sua pela congregação dos Homens de Vilar que tão públicamente prêgavam pela palavra e pelo exemplo a prática das obras de misericórdia, desvenda-nos bem o desgosto da pobre e jóvem rainha em tempos em que o sangue de família não evitava tragédias como a sua — de filha que teve de disfarçar a dor da morte do pai para não maguar o marido. Pediu apenas que lhe fizessem sepultar o pai em sagrado. Entretanto, como se sabe, o cadaver do Infante das Sete Partidas só também em 1455 entrou na Batalha. Isto é, seis anos depois da desgraça de Alfarrobeira, que porventura apressou a morte da rainha e que lançou fora do país os seus irmãos, um D. Jaime que foi cardeal e jaz em Florença num soberbo túmulo que em Portugal não teria, outro que foi rei no Chipre, outro que em Aragão; e por sinal êste também deixou o seu nome numa capela em S. Bento de Xabregas. Filhos do infante que dalgum modo partilharam da má sina do pai. Fazem-nos lembrar as Nióbides da mitologia grega todas mortas por uma vingança impiedosa.

A jóvem rainha, vendo que a vida lhe não chegava para realizar a sua obra de devoção ao Santo que, velhinho, mandava que se amassem todos uns aos outros, deixou em testamento oito mil corôas de ouro

para a sua fundação, determinando que o novo convento em Lisboa passasse a cabeça da ordem.

D. Afonso V, ao contrário do seu sucessor, melhor homem que rei, como lhe chamou, crelo eu, o cardeal D. Jorge da Costa, apressou-se a dar cumprimento às últimas vontades da defunta esposa e entrou em negociações com Frei Nicolau, Abade de Alcobaça, para a cessão do tal oratório ou ermida de S. Bento.

As condições que propunha eram que daria o rei em cada ano uma tença de 6.000 reais brancos, pagos nos lagares de azeite de Tôres Novas, até que êle ou os seus sucessores dessem outros bens equivalentes à dita tença. O abade, achando que a tença valia mais que o rendimento do oratório, que mal dava para sustentar um monge, aceitou. Os papas Calisto III e Pio II confirmaram a cessão.

Parece todavia que Frei Nicolau ou um seu sucessor pretendeu mais tarde anular esta escritura.

Construiu entretanto o rei no local do antigo oratório o convento e a igreja que logo entregou aos Bons Homens de Vilar, recomendados pelo testamento da rainha. O convento ficou chamando-se de S. João Evangelista, para o qual alcançou em 1461 do pontífice o necessário breve. A nova igreja, porém, em homenagem ao padroeiro da primitiva ermida, continuou a chamar-se S. Bento em Enxobregas.

(Continua)

No dia 30 de Abril
sai o 2.º vol. de



A RIBEIRA DE LISBOA

de JÚLIO DE CASTILHO

EDIÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



MISERICÓRDIA DE LISBOA

LOTARIA NACIONAL PORTUGUESA

Os lucros revertem para a Misericórdia de Lisboa, Hospitais Cíveis,
Casa Pia, Menores em Perigo Social e Assistência Pública da Colónia
de Moçambique

Extrações semanais — Prémio maior 400.000\$00

Grande Lotaria de Santo António

A 14 DE JUNHO DE 1941

Prémio maior 3.000.000\$00 (três mil contos)

AMIGOS DE LISBOA

Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

Noite de Evocação do Café Martinho (*esgotado*)
Noite de Evocação do Leão de Ouro 5\$00 7\$50

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia de S. Vicente.
Edição vulgar 6\$00 8\$00
Edição especial 12\$00 20\$00

Urbanização de Lisboa 2\$00 3\$00

LUIZ MOITA

Ermida de Santo Amaro 7\$50 9\$50

EDUARDO NEVES

Ruínas do Carmo 2\$00 3\$00
Igreja da Penha de França 2\$00 3\$00
A Faculdade de Medicina 4\$00 5\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Igreja da Conceição Velha 2\$00 3\$00
A Igreja e o Convento da Graça 5\$00 7\$50

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDÓNIO MIGUEL)

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão 4\$00 5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha 8\$00 10\$00
O Campo de Santa Clara 4\$00 5\$00

LUIZ CHAVES

Lisboa no Folclore 4\$00 5\$00

RUY DE ANDRADE

Alfredo de Andrade e alguns problemas de *edilicia* citadina 4\$00 5\$00

Olisipo. De 1 a 12. Cada número 5\$00 7\$50

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett 4\$00 5\$00

ALFREDO DA CUNHA

«Olisipo» Berço do Periodismo Português 4\$00 5\$00

Edições consignadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina 6\$00 7\$50
A Rua das Canastras 6\$50 8\$00
Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) 4\$00 6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé. 6\$50 7\$50
Tempos que Passaram 10\$80 12\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Calçada da Ajuda.
Edição vulgar 6\$50 7\$50
Edição especial 13\$50 15\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 15, cada 7\$00 8\$00

JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES

Lisboa — da sua vida e da sua beleza 7\$20 8\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos 4\$00 5\$00

FRANCISCO CANCIO

Aspectos de Lisboa no século XIX — fasc. 1 a XV, cada 6\$40 8\$00
Lisboa de outros Séculos — à Sombra dos Paços Reais, I a XII, cada 5\$00 5\$50

ALBERTO MEYRELLES

Lisboa Ocidental 8\$00 10\$00

CONDE DE ALMADA

Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.
Edição vulgar 10\$80 12\$00
Edição especial 18\$00 20\$00

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa 7\$50 8\$50

ARQUITECTO PAULINO MONTEZ

A Estética de Lisboa 18\$00 20\$00
Lisboa-Alcântara / Alvíto 13\$50 15\$00

CORONEL MIGUEL GARCIA

Pátria e Independência 3\$00 3\$50
Fundação da Nacionalidade 4\$00 5\$00

JOÃO PINTO DE CARVALHO (TINOP)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada 7\$00 8\$50

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (Sidónio Miguel)

Bagatelas do tempo vário 8\$00 10\$00

E tôdas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa